

Brasil tende a evocar a dor do negro em vez de lembrar a luta, diz antropóloga

Para Jamile Borges, recuperar protagonismo de negros é essencial para reinventar a história escrita pelos vencedores

[\(Folha de S.Paulo, 13/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Para a professora Jamile Borges, o 13 de Maio é resultado de uma historiografia oficial contada a partir da perspectiva dos vencedores, a oligarquia e a classe média brancas, que preferem creditar à princesa Isabel o resultado pela abolição, enquanto o 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra, é uma conquista das populações ex-escravizadas, dos libertos.

No Brasil, segundo ela, que estudou o comportamento de frequentadores de museus dedicados à diáspora negra no país e nos Estados Unidos, ao lidar com a memória da escravidão há uma tendência a se fazer a musealização da dor, em vez de evocar a resistência.

Mas isso está mudando, e o papel de intelectuais, trabalhadores e cientistas negros e negras está sendo recuperado. Apostar nisso, para ela, “é pensar em recuperar a história do Brasil muito mais a partir do nosso protagonismo do que da nossa eterna condição de jugo, de vítima do colonialismo”.



A pesquisadora e professora do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, Jamile Borges (Foto: Raul Spinassé/Folhapress)

Borges é especialista em memória da afrodíaspóra, a imigração forçada de negros do continente africano, e coordena o Museu Afro-Digital da Memória Africana e Afro-Brasileira, composto de documentos relacionados à presença africana no Brasil.

O acervo digital foi crescendo e, com o apoio de outros, hoje é uma rede de museus afrodigitais em parceria com três universidades públicas, que colabora com instituições de países como Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde e Angola, tendo ajudado na digitalização e conservação de seus acervos.

À Folha Borges fala sobre o racismo, que nunca vai acabar, a importância da autodeclaração e o papel de museus na memória coletiva.

No seu doutorado, a senhora estudou museus digitais da história negra no Brasil e em Chicago. Como é a memória nos dois casos?

Os usuários do museu americano sobre afrodiáspora evocavam uma memória de luta, de resistência; já os usuários brasileiros desses museus evocam a memória da dor. São duas construções muito diferentes. No Brasil há uma tendência a se fazer aquilo que eu chamo de musealização da dor, a gente patrimonializou a dor ao invés de patrimonializar a luta.

Por quê?

Nossas universidades ainda são profundamente eurocêntricas e coloniais (na Bahia, por exemplo, a maior parte dos museus é ligada a universidades), e os intelectuais que gestaram esses espaços ainda estavam comprometidos com uma mentalidade colonialista, com a ideia de que o museu não tinha compromisso com a resistência. O papel do museu, para essas pessoas, não era político. Isso vem mudando, mas nossas instituições de memória ainda têm um comprometimento maior com o retrato do passado do que em construir resistências, em fazer dos museus espaços de fricção, de disputa, em lugar de ser espaço de consenso sobre o passado atávico colonial.

O que pode ajudar nesse processo?

Não temos um projeto nacional de política patrimonial, mas, de alguma maneira, as pessoas estão se apropriando das ferramentas de memória. As tecnologias digitais trouxeram a possibilidade de que a fabricação da memória não esteja mais na mão de uma elite. Qualquer pessoa pode produzir sentidos sobre as memórias e produzir seus artefatos museais. É a

hora de baixarmos o tom desse discurso elitista que nosso pensamento museal ainda tem e nos aproximarmos das pessoas e entendermos como elas lidam com suas histórias e como podemos aproximá-las da história coletiva.

O momento que vivemos é fruto dessa dificuldade dos gestores. Quando uma política mais progressista tomou conta do país, nos afastamos das pessoas. Ofertamos políticas afirmativas e sociais, mas não dialogamos e não fomos capazes de fabricar sentidos para dizer: “O que você espera que aconteça daqui para frente?” Achamos que poderíamos ser porta-vozes das pessoas, foi um grande equívoco.

O Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA foi o primeiro da América Latina dedicado ao assunto. Como está o cenário dos estudos da afrodiáspora no Brasil, 60 anos após a sua criação?

Tem melhorado desde a criação, em 2003, da Lei 10.639 [que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas]. Essa lei e a de cotas impactaram as universidades e praticamente todas as públicas têm um núcleo de estudos afro-brasileiros.

Mas, paradoxalmente, ainda há, institucionalmente, uma reação ao acesso e permanência de docentes negros. No departamento de educação da UFBA, onde dou aula, temos 50 professores, só 3 autodeclarados negros. [Levantamento de 2018 mostra que 2% dos professores da universidade são negros; na USP, 2,2%]

O museu e o centro sofreram com o contingenciamento imposto pelo Ministério da Educação?

Grande parte de nosso trabalho depende da existência de bolsistas, que tiveram suas bolsas cortadas. Ao mesmo tempo, o contingenciamento impôs restrições à aquisição de equipamentos e manutenção na infraestrutura do projeto. Também nosso programa de pós-graduação em estudos étnicos e africanos sofreu impacto com a redução da verba de um fundo chamado Proap (Programa de Apoio à Pós-Graduação), que impactará nas pesquisas de mestrado e doutorado já em curso, impedindo deslocamentos, participação

em eventos e produção do conhecimento. Uma lástima.

Neste ano, no Carnaval do Rio, a comissão de frente da Mangueira retirou os retratos de brancos tidos como heróis para contar a história de outros heróis. O questionamento sobre a história da abolição e a revisão do papel de figuras como princesa Isabel está crescendo?

É um movimento que se origina do crescimento do feminismo negro nas universidades e vai resultar na onda feminista negra. O feminismo negro hoje talvez seja o principal campo de forças no qual podemos nos organizar e ganhar espaço na luta. Em que pese o predomínio do patriarcado branco, há cada vez mais mulheres escrevendo e publicando. A interiorização das universidades teve grande impacto nisso. O feminismo negro tende a crescer.

E qual a diferença em celebrar o 13 de Maio e o 20 de Novembro?

O 13 de Maio é resultado de uma historiografia oficial que contou a história a partir de uma perspectiva, a dos vencedores, a de uma oligarquia e uma classe média branca que preferem creditar à princesa Isabel o resultado pela abolição e pela libertação das populações escravizadas. O 20 de Novembro [data da morte de Zumbi, líder do quilombo dos Palmares] é uma conquista das populações ex-escravizadas, uma conquista histórica dos movimentos negros. A ideia de pensar uma consciência negra é o entendimento de um referencial histórico, intelectual e político.

Frantz Fanon, no livro “Pele Negra, Máscaras Brancas”, fala de uma consciência dupla; o entendimento de que o negro era escravizado, mas ao mesmo tempo a necessidade de sobrevivência impelia populações negras a intercursos ou certos jogos que tinham que ser feitos com os senhores coloniais. A necessidade de sobrevivência gerava o conflito dessa dupla consciência. Entender-se negro e escravo, mas, ao mesmo tempo, em certas circunstâncias, adotar o jogo do mestiço, do mulato, da crioulação.

A consciência negra é tomar consciência de quem nós somos, de nossa

história, de nosso espaço, do que significou a travessia transatlântica e o impacto dela.



Ato do movimento negro em 1988, na Bahia (Foto: Lázaro Roberto/Zumvi Arquivo Fotográfico)

Esse processo colabora para uma passagem da memória da dor para a memória da luta?

Sem dúvida. Os recentes trabalhos de pesquisa que tenho acompanhado estão preocupados em recuperar o protagonismo dessas figuras. Apostar em projetos que recuperem o papel de intelectuais, trabalhadores e cientistas negros e negras é recuperar a história do Brasil muito mais a partir do nosso protagonismo do que da nossa eterna condição de jugo, de vítima do colonialismo.

Nós de fato passamos por um processo que deixou marcas profundas, a chamada chaga colonial, mas há uma história que tem sido reescrita por essas jovens mãos que estão buscando outras histórias de luta, em lugar de insistir na patrimonialização da dor.

Quão eurocêntricos ainda somos?

Muito. O fato de termos ainda essa mentalidade colonial e atrasada se revela, por exemplo, no ódio que se produziu nas redes sociais num momento em que parcelas das classes C e D ascenderam e começaram a entrar em espaços sacros da classe média branca. Vivemos o retorno do recalcado, o ódio, o ressentimento de uma elite que encontrou espaço para dizer que quer, deseja e anseia pela volta de uma sociedade assimétrica, desigual e escravocrata.

Como mexer nessa mentalidade racista?

A primeira medida já tomamos: falar disso. As políticas de ação afirmativa tiveram um papel importante ao assumir a ideia da autodeclaração. Tivemos problemas de fraude, mas, pela primeira vez, fomos obrigados a dizer quem somos de fato. Um país que se estruturou a partir do mito da democracia racial não queria se olhar no espelho.

O racismo não acaba com a abolição da escravidão, ganha uma nova roupagem. Ainda hoje jovens profissionais têm sido recusados em empregos quando se descobre que são negros. Isso não vai se resolver, porque isso não é um fenômeno que tem uma temporalidade, que possa se acabar em algum momento como por mágica. E, se não resolvemos o problema, temos que criar estratégias de enfrentamento, e elas são múltiplas, desde a criação de coletivos à de mecanismos para denúncia; o estatuto da igualdade racial; a possibilidade de criminalizar a injúria racial. Se nós queremos viver sob o princípio da legalidade, é nele que temos que encontrar os mecanismos de enfrentamento.

A jornalista viajou a convite do Festival Transatlântico de Fotografia

RAIO-X

Jamile Borges, 49

Pesquisadora e professora do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia. Nascida em Salvador, é bacharel e doutora em antropologia e mestre em educação. Criou e coordena o Museu AfroDigital da Memória Africana e Afro-Brasileira, museu digital em parceria

com a Biblioteca Nacional, UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), UFPE (federal de Pernambuco) e UFMA (do Maranhão). O acervo reúne fotografias, textos e arquivos de áudio relacionados à presença africana no Brasil